ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E PROFISSIONALIZAÇÃO DO(A) TRABALHADOR(A) DOCENTE FRENTE AOS NOVOS MARCOS REGULATÓRIOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL.

Prof. Dr. Antônio Lisboa Leitão de Souza[*]

1. Introdução

A situação em que se encontram os trabalhadores docentes no Brasil, especialmente os do Ensino Superior, deve ser entendida no marco das reformas do Estado e das correspondentes políticas educacionais implementadas desde a década passada, em particular a partir da implementação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96. A partir desse contexto, a sociedade brasileira começa a perceber, com mais clareza, a adoção – pelos governos e por empresários do setor educacional – de princípios e ações que materializavam, no campo educacional, a mesma lógica balizadora dos processos mercadológicos. Paulatinamente, foi emergindo e se incorporando a compreensão da educação como mercadoria e do conhecimento como produto, ao passo que os respectivos processos de socialização e de produção do conhecimento passaram a ser "naturalmente" regulados pela mesma lógica produtiva.

Do ponto de vista da política educacional, vivenciamos "reformas" fragmentadas e abrangentes, envolvendo os diferentes níveis e modalidades do ensino e as diferentes esferas administrativas do setor público: União, estados e municípios, então 'enquadrados' nos novos marcos da responsabilização pública pela administração fiscal e do enxugamento ou objetivação da máquina pública, passaram a agir política e economicamente de forma sintonizada, impondo ao campo educacional – portanto, ao seus trabalhadores – um conjunto de medidas administrativas que implicavam, dentre outros, maior eficiência escolar, elevação dos padrões de qualidade, avaliação institucional e docente pelo critério da produtividade, intensificação do trabalho pedagógico, adoção de políticas curriculares inovadoras e flexíveis,

---

[*] Sindicalista, atual 1º vice-presidente do ANDES- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior no país. É Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pesquisador junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRN-Brasil. E-mail: lisboaleitao@uol.com.br

sem que os governos tivessem um tratamento político que necessariamente se pautasse pelo atendimento ou priorização de demandas locais e ou específicas de cada setor. Ressalta-se que a austeridade para com o setor público e as cobranças por resultados nem sempre foram as mesmas relativas ao setor privado e, via de regra, eram explicadas pelos ditames e limites da política macro-econômica.

Do ponto de vista do movimento sindical docente, as reações foram diversas e relativas às conjunturas político-econômica e ideológica (correlação de forças político-partidária na composição dos governos) que marcaram os cenários nacionais, principalmente no que tange às propostas de reforma previdenciária, trabalhista, sindical e educacional. No contexto do último mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002), por exemplo, a organização dos trabalhadores do setor público, sua manifestações e lutas sindicais ainda demonstravam traços de unidade em vista de, antes de tudo, assegurar direitos constitucionais, mas também avançar na conquista de suas reivindicações. A preocupação dos trabalhadores com o processo de reformas neoliberais do Estado brasileiro trazia ao primeiro plano da luta a defesa dos direitos adquiridos, o que ofuscava, muitas vezes, a compreensão de um outro processo silencioso, porém veloz e profundo de reconfiguração dos processos produtivos, da morfologia do trabalho manual e intelectual, das relações produtivas, os quais, por sua vez, incidiam diretamente no trabalho docente.

O advento do governo Luís Inacio Lula da Silva, em 2003, com a expectativa social de mudanças de rumo na política econômica e premissas políticas de um perfil mais voltado ao popular, teve a participação ativa e determinante de diferentes setores dos movimentos sociais e sindicais, com amplas parcelas de apoio inclusive no meio acadêmico. O que se sucedeu, não obstante, foi um longo processo de cooptação das lideranças político-sindicais, de institucionalização da política de fragmentação e divisão dos movimentos sociais e sindicais, privilegiando-se, quando das situações de mobilização e enfrentamento, a negociação individulalizada com as categorias profissionais conforme o grau de apoio da(s) categoria(s) às propostas governamentais de reforma. Por outro lado, as expectativas de mudanças, por parte de determinados setores sociais, em relação ao governo foram gradualmente se transformando em "desengano" com o projeto político no poder.

Contraditoriamente, no que diz respeito ao ensino superior, as investidas governamentais de reformar a Universidade Pública – então sitiada pela expansão descomedida da privatização e mercantilização do ensino superior – acompanhadas de uma deliberada e sequenciada política de arrocho salarial, não resultaram, ainda, na necessária organização dos trabalhadores deste setor, especialmente dos docentes, no sentido de fazer frente ao conjunto de medidas que têm constituído a "reforma educacional" do governo Lula da Silva.

O ANDES-SN, compreendendo a complexidade da conjuntura político-econômica em curso, sua imbricação com as políticas educacionais e as implicações para a manutenção e defesa da Universidade Pública, Gratuita, Laica e de Qualidade socialmente referenciada – eixo fundante do nosso projeto de Universidade –, bem como para a defesa das respectivas condições de trabalho docente e da valorização profissional, tem apontado, desde 2006[1], a necessidade da reorganização dos trabalhadores como condição e estratégia política para enfrentamento ao projeto neoliberal de sociedade levado a cabo pelos governos que têm-se sucedido no Brasil e em outros países da América Latina.

Particularmente, a despeito da ação explícita e direta do governo federal no sentido de dividir o movimento docente, minar as resistências e inviabilizar o próprio ANDES-SN, acreditamos que a organização da luta e da resistência dos trabalhadores docentes é imprescindível na defesa da universidade Pública, entendida como bem público inalienável. Além disso, a valorização do trabalho docente impõe-se como outro eixo permanente de ação política do nosso Sindicato Nacional e como fator decisivo para a existência da categoria enquanto sujeito coletivo. O imperativo e a compreensão desses dois eixos estão diretamente associados à análise crítica do que representam os novos marcos regulatórios do processo produtivo, em geral, e do trabalho acadêmico, em particular.

[1] Referimo-nos ao tema central do 26º Congresso Nacional do ANDES-SN e ao respectivo Plano Geral de Lutas do sindicato então aprovado. Ver em 'Caderno de Textos ao 26º Congresso' e 'Relatório do 26º Congresso do Andes-SN', disponíveis em www.andes.org.br.

2- Os desafios da construção da unidade dos trabalhadores, com autonomia e independência.

O ANDES-SN, em seu 24º CONGRESSO, aprovou sua desfiliação da Central Única dos trabalhadores-CUT e a disposição em continuar

> empenhando-se na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados". Reafirmou, ainda, "seus princípios de autonomia e liberdade frente aos partidos, Estado e patrões" e intensificar, "em conjunto com suas seções sindicais, sua participação em fóruns como a CNESF, CONLUTAS e outros, fóruns estaduais de luta, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas do governo Lula: sindical, trabalhista e universitária. (ANDES-SN, 2004)

O Sindicato assumiu, dessa forma, o desafio de participar ativamente e sem restrições dos processos que buscam a construção de alternativas para a unidade dos trabalhadores em defesa de seus direitos. Além disso, sua ação tem sido pautada pela defesa intransigente da democracia e da autonomia política como condição necessária ao fortalecimento da luta sindical e dos trabalhadores, orientação explicitamente definida em 2005, por ocasião do 50º CONAD:

> o ANDES-SN e suas seções sindicais têm a tarefa de contribuir com o processo de reorganização da classe trabalhadora defendendo intransigentemente junto aos movimentos sociais e populares os princípios da autonomia e da independência diante do governo, dos partidos políticos e das classes dominantes. Para isso,

> deverão chamar todas as entidades a romperem integralmente com o governo neoliberal de Lula e atuar efetivamente na reconstrução da unidade da classe trabalhadora com plena liberdade de organização.

Para alimentar o debate, o ANDES-SN publicou, em novembro de 2005, o Caderno 21, intitulado *Crise Política e Organização dos Trabalhadores,* cujo objetivo era discutir sobre a nova morfologia do trabalho e as ações coletivas, o trabalho docente em meio à reestruturação produtiva do capital, a experiência de contribuição do ANDES-SN à organização da classe trabalhadora e as lutas sociais na América Latina frente à crise econômica.

A partir de 2005, o governo federal pautou, no Congresso Nacional, a discussão sobre a reforma sindical, cujo projeto teve origem nas discussões realizadas pelo Fórum Nacional do Trabalho. A reação dos movimentos sociais e sindicais foi imediata, no sentido de constituir um amplo processo de debates e manifestações públicas na sociedade civil e no próprio Congresso Nacional. Entretanto, a crise política decorrente das denúncias de corrupção em setores do governo e do Congresso Nacional alterou a agenda política do país naquele ano, de modo que diversos projetos de reformas, como a sindical e a universitária, tiveram seus encaminhamentos adiados. A crise evidenciou que as aprovações das contra-reformas, no Congresso Nacional, desde a reforma da Previdência, em 2003, deram-se à custa de mensalões, trocas de favores, criação e distribuição de cargos, enfim, no tradicional estilo do toma-lá-dá-cá, via de regra em prejuízo aos trabalhadores.

Todavia, se houve redefinições na pauta política legislativo-governamental e o consequente adiamento na tramitação de medidas provisórias e de projetos de lei no Congresso Nacional referentes às reformas universitária e sindical, na prática, tais reformas avançaram de forma fragmentada e por diversos meios, estratégia esta que não comprometeu os nexos lógicos nem comprometer os princípios fundantes das reformas almejadas. No que diz respeito à reforma universitária, por exemplo, o ANDES-SN tem insistentemente denunciado e demonstrado como ela tem sido implantada fragmentariamente, ganhando maior coesão a partir de abril de 2007, quando do conjunto de decretos governamentais, cujos programas e

ações (REUNI, Professor Equivalente, por exemplo) vieram, dentre outros, a constituir o que hoje conhecemos como PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

Os arcabouços legais referentes aos direitos sindicais dos trabalhadores como das relações trabalhistas continuam praticamente intactos, mas, na prática, mudanças têm ocorrido nas relações sindicais e trabalhistas em nosso país. Da mesma forma como a reforma universitária, as reformas sindical e trabalhista têm sido efetivadas por meio de diversas medidas específicas, parciais e fragmentadas, antes mesmo da aprovação de um projeto global. Como em outros países da América Latina, no Brasil os direitos dos trabalhadores consagrados constitucionalmente jamais atingiram toda a classe e vêm sendo reduzidos nas últimas décadas.

As mudanças que têm sido observadas como decorrência dos novos amparatos legais não apenas legitimam práticas existentes, mas também reduzem direitos das parcelas dos trabalhadores que ainda os têm. O fato é que, independentemente das estruturas legais, não existe economia formal e economia informal como dois sistemas separados possuindo algum sentido *a priori* e atributos universais.

No âmbito da política econômica, formalidade e informalidade, cada vez mais, constituem-se mutuamente, de sorte que trabalho formal e informal, ou precarizado e não-precarizado, cada vez mais, estão combinadamente presentes nos mais diversos ramos produtivos e de serviços como é o caso, por exemplo, na educação superior. Também são crescentes os cerceamentos aos direitos sindicais dos trabalhadores e as práticas de assédio moral. Independentemente de crises políticas, na prática, observamos diferentes aspectos das reformas sindical e trabalhista avançando no Brasil.

É importante ressaltar, todavia, que as sucessivas crises políticas forçaram um rearranjo na base político-partidária de apoio ao governo, o que, por si só, suscita redefinições de prioridades e nos projetos governamentais de reformas. Além disso, os ajustes macro-econômicos internacionais provocados, dentre outros, pela desvalorização da moeda americana, pela crise energética e pela especulação do capital financeiro, obrigam o governo brasileiro à revisões periódicas das metas e estratégias da política econômica, de modo a assegurar o superávit primário em detrimento dos necessários e urgentes investimentos nas políticas sociais, particularmente na educação. Por

conseguinte, o esforço de superação das crises e de recomposição das pautas governamentais também se traduz no aprofundamento do processo de cooptação, pelo governo, de lideranças político-partidárias, sociais, sindicais e intelectuais, ao mesmo tempo em que podem ser observadas ações divisionistas no movimento sindical, tratamento individualizado das demandas específicas das diferentes categorias profissionais de servidores públicos, além de ataques diretos e estratégias de inviabilização dos Sindicatos Nacionais.

A adversidade desse quadro conjuntural em que se encontra a classe trabalhadora do país, especialmente a categoria docente, se acentua ainda mais quando articulado com o aprofundamento da lógica e dos processos de mercantilização da educação, principalmente no ensino superior. O longo período de arrocho/achatamento salarial tem sido acompanhado pela precarização crescente das condições de trabalho, pela intensificação das jornadas, pela sobrecarga de trabalho resultante do acúmulo de funções docentes (no ensino de graduação – presencial e à distância – e de pós-graduação), administrativas e de pesquisador(a), alardeada pelas pressões de avaliação institucional com critérios produtivistas.

As implicações disso são contraditórias, na medida em que podemos observar o isolamento ou individualização dos sujeitos coletivos (cada um envolvido em seu próprio laboratório, grupo, projeto de trabalho, transformando a perspectiva coletiva em exacerbação do individualismo profissional); a conformação ou resignação frente às condições objetivas, sem qualquer perspectiva de luta coletiva; busca de alternativas individualizadas para compensação material dos efeitos da política salarial e das condições de trabalho.

O consenso construído no Fórum Nacional do Trabalho foi o de promover primeiramente a reforma sindical e, posteriormente, a reforma trabalhista. Nesse sentido, se considerarmos as crises políticas no Congresso Nacional e a lenta tramitação da reforma sindical; o anúncio oficial dos resultados "otimistas" do crescimento econômico; o descontentamento em diversos setores empresariais no que tange aos obstáculos legais e aos altos encargos sociais nos processos produtivos enquanto impecilhos de um crescimento mais eficaz; as pressões dos operadores da política econômica pelo alcance de índices mais elevados de arrecadação e controle fiscal; a credibilidade do país diante dos investidores externos e a possibilidade de um

"crescimento sustentado", encontramos, então, alguns dos fatores que demandariam, entre outras medidas, maior flexibilização nas relações trabalhistas e pressionariam a "urgência" da reforma trabalhista.

Nesse contexto, os direitos dos trabalhadores brasileiros, ainda que parcos, sua organização sindical e o direito de greve continuam sendo, portanto, os principais obstáculos a serem removidos para a efetivação do crescimento econômico, em outras palavras, para o aprofundamento da racionalidade lógico-regulatória e produtivista do capital.

Eis porque torna-se imperativo o processo de reorganização da classe trabalhadora, de rearticulação dos movimentos sociais e sindicais, particularmente no campo educacional, seja pelo resgate dos princípios e ideais históricos que pautaram as lutas sociais e a defesa dos interesses do trabalho frente ao capital, seja no sentido do fortalecimento da resistência organizada dos diversos segmentos sociais em defesa dos direitos, em particular, da educação como direito e bem público, inalienável, portanto, insuscetível e insubordinável às relações mercantis e aos seus marcos regulatórios.

A educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada continua como marco referencial histórico dos interesses e demandas populares, como um dos elementos aglutinadores das lutas sociais e da organização dos trabalhadores, cujo desenvolvimento requer e pressupõe a atuação firme e imprescindível do Estado, enquanto poder público garantidor dos direitos e promotor da igualdade.

Todavia, se a incompatibilidade da educação, como supra defendida, frente a racionalidade mercadológica deve ser uma das razões que justificam e impulsionam a organização e a resistência sindical docente em relação às políticas educacionais e às reformas conduzidas pelos diferentes governos latino-americanos, por um lado, é importante considerarmos, por outro, a necessidade da profissionalização como uma das dimensões políticas da resistência e como imperativo decorrente do processo de mudanças na morfologia do trabalho, dos novos marcos regulatórios e produtivos e do emprego crescente da própria ciência & tecnologia no campo e no conteúdo do trabalho escolar, portanto, com imbricações diretas com a condição profissional e com o trabalho docentes.

Entendemos que a profissionalização docente está para além do que muitas vezes se define nos limites da qualificação, em nível de pós-graduação, com a existência de uma respectiva carreira profissional, aliado a processos de avaliação de desempenho como critério de impulsão e ou promoção do trabalhador docente. O processo de profissionalização docente envolve e implica re-definições políticas e pedagógicas relativas: ao saber docente; às suas práticas profissionais; às suas competências e ao rigor ético de seu exercício, no sentido de se respeitar autonomia acadêmica e exigir que seja o próprio docente o responsável pelas ações pertinentes à sua área de atuação e desenvolvimento profissional, sendo, inclusive, avaliado e cobrado por isso; a valorização profissional, seja relativamente uma política salarial e de carreira realmente incentivadora e estimulante, despertando o interesse e atração à área, condizente ou equivalente ao que se considera "carreira estratégica de estado"; às condições de trabalho, de modo a se buscar sempre a conciliação entre ensino-pesquisa e extensão (no que tange ao ensino superior) e a necessidade de formação continuada; ao estabelecimento de vínvulos institucionais e inter-institucionais e pesquisa e produção acadêmica, no sentido do fomento a produção coletiva e socializadora do conhecimento científico, tecnológico e cultural; finalmente, ao estabelecimento de processos de avaliação e auto-avaliação crítico-profissional, na perspectiva da construção coletiva de critérios e de parâmetros para o exercício profissional.

A definição de políticas públicas de desenvolvimento educacional, pelos governos, deveria, a nosso ver, estar articulada a um efetivo processo de profissionalização da categoria docente. Embora sejam processos distintos, não podem ser considerados senão como dimensões contíguas, interdependentes e complementares do complexo campo educacional. Não é nesta direção, entretanto, que apontam as políticas educacionais vigentes, haja vista a já referida condição de precarização salarial e do trabalho em que se encontram a atuam os profissionais docentes no Brasil.

A título de exemplo, não podemos deixar de fazer referências a duas das principais ações do atual governo Lula para a educação superior, especificamente para as Instituições Federais e Ensino Superior: referimo-nos ao REUNI e ao Banco de Professor Equivalente, medidas decretadas em abril de 2006, cujos efeitos deletérios à condição de trabalho docente e à autonomia universitária são previsíveis e têm suscitado a constituição

paulatina de uma "nova ordem institucional", implicando mudanças profundas nas relações de trabalho, na qualidade dos processos formativos e, acima de tudo, sob um discurso de naturalização da ordem, de conformação à lógica, de subordinação racional e de necessidade de "democratização" das oportunidades sociais e das instituições públicas.

A lógica da expansão das Universidades Federais brasileiras pela via da reestruturação, condicionada à mudança das relações e do regime de trabalho (quebra da dedicação exclusiva), representa o aprofundamento da exploração do trabalho e da extração máxima do potencial profissional de cada docente, com respectiva flexibilização dos processos pedagógicos, das necessidades formativas e das estruturas curriculares, em recortes temporais cada vez menores, acelerando-se o fluxo curricular e de pessoal (docente e discente), logo, com maior objetivação dos espaços e dos recursos materiais e humanos. Além disso, o programa de criação dos IFETs – Institutos Federais de Educação Tecnológica, nos quais passará a se desenvolver o processo de formação inicial (graduação – licenciatura) em diferentes áreas do saber, especialmente nos cursos de formação de professores das áreas naturais e exatas, contitui outra dimensão desse processo mais amplo de adequação da educação à lógica mercantilista, de sua subordinação à racionalidade produtivista (demanda do mercado) e reguladora, de simplificação e aligeiramento dos processos educacionais formativos.

Ainda merece destaque a clara política de achatamento salarial dos docentes por, parte do governo federal, cujos efeitos são "aliviados" individualmente, por quem puder, dada "permissividade" das instituições (vem se naturalizando, nas Universidades Públicas do país, a idéia de que, embora ilegal, não é imoral o fato do/a docente poder desenvolver tarefas/funções através das quais se consegue uma renda extra e complementar ao defasado salário mensal), os diferentes tipos de bolsas (convênios, cursos de pós-graduação lato senso presencial ou á distância), as possibilidades de financiamento e ou de fomento de projetos individuais, dentre outros.

Tudo isso tem resultado no processo profundo e veloz de deterioração das universidades públicas, de intensificação do trabalho docente, de individualização dos processos institucionais e de descrença no coletivo como meio, alternativa e estratégia de realização e de crescimento profissional.

Já no âmbito da Educação Básica, os resultados das pesquisas oficiais quanto a qualidade da Educação Básica, recentemente divulgados pelo próprio Ministério da Educação, corroboram a compreensão de que as políticas oficiais vêm se mostrando ineficazes e ineficientes em relação aos seus objetivos e metas, além de não abordarem de forma conjunta e coesa as diferentes dimensões que constituem o campo educativo.

3- Os desafios da organização e da resistência: a unidade dos trabalhadores

Do ponto de vista do país, temos a compreensão de que os trabalhadores brasileiros não lograram ainda a construção de um pólo de resistência com capacidade convocatória que promova a unidade em torno de um programa mínimo de enfrentamento das contra-reformas neoliberais e de unificação das diferentes lutas que os trabalhadores continuam promovendo. Perseguir a construção desse pólo é tarefa prioritária dentre as ações do ANDES-SN. Ele não será construído no vácuo, mas sim no calor das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, dos formais e informais, nas vitórias e nas derrotas de cada batalha. É preciso que não haja precondições para a realização da unidade, pois ela é estratégica para a emancipação da classe. É preciso manter intransigentemente a autonomia dos movimentos sindical e populares em relação ao Estado e a toda forma de institucionalidade, aos credos religiosos, bem como em relação a todos os partidos políticos. Um pólo aglutinador, com as características acima, não necessariamente se traduz em uma organização formalizada como uma entidade. Importa que ela seja de luta e que tenha a capacidade convocatória.

Em sua trajetória de lutas, o ANDES-SN tem participado de diversos fóruns que, no âmbito de suas atuações, têm possibilitado a unidade nas lutas, sem que sejam entidades formais. A construção de uma entidade formal pode ser o caminho para possibilitar a unidade e é preciso que se analise cada situação específica. Congregar forças em pólo na luta real é tarefa urgente e inadiável. Mas, para que esse pólo tenha efetivamente capacidade de congregação de forças e de mobilização e resistência, é preciso que sua construção seja democrática, que respeite as temporalidades diferenciadas dos processos de cada organização e que seja capaz de construir um programa efetivamente unificador. Isto, entendemos, vale para o Brasil e para

toda a América Latina, em relação a qual também se impõe a construção coletiva da resistência e da reorganização dos trabalhadores docentes. Afinal, as razões do enfrentamento por parte dos trabalhadores tornam-se cada vez mais comuns no contexto de globalização do capital, cuja racionalidade pode ter especificidades locais, mas não diferenciada em sua essência.

E é nesta perspectiva que acreditamos e procuramos a articulação com todas as instituições que se pautem pela defesa da educação pública, gratuita e pela defesa dos interesses dos trabalhadores, particularmente dos docentes, sejam de natureza sindical, acadêmica ou social.

Há dois anos, por exemplo, o ANDES-SN está integrado à CONLUTAS e nela defende, como método, a busca da construção da unidade com todos aqueles que se disponham a lutar contra as políticas e reformas neoliberais implementadas pelo governo Lula, sendo essa unidade necessária para a construção do pólo aglutinador que deve ser perseguido. Formalizá-la em uma entidade hoje seria um passo que não implicará necessariamente a sua ampliação e capacidade aglutinativa e de mobilização. Formalizá-la sem respeitar as diferentes temporalidades de integração das organizações ao processo de aglutinação de forças que se pretende construir, pode inibir ao invés de acelerar tal processo. Fazê-lo, seria admitir que ela já possui ampla capacidade de aglutinação de forças.

Os desafios para a organização da classe hoje são cada vez maiores e mais difíceis. Assim, estabelecemos como tarefa fundamental do nosso Sindicato estar presente em todos os fóruns e espaços que aglutinem os segmentos da classe trabalhadora, da juventude e dos movimentos populares com o objetivo de lutar contra as políticas neoliberais do governo para que possam contribuir para a reorganização da classe trabalhadora respeitando democraticamente os ritmos do processo, tendo por base objetivos comuns que fortaleçam a ação independente e autônoma dos trabalhadores no sentido de fazer avançar a luta por uma nova sociedade. É este o desafio; é esta a perspectiva que nos orienta na organização, na resistência e na profissionalização docente no atual contexto de regulação da educação em nosso país e na América Latina. A experiência de luta no nosso Movimento Docente, por sua organização democrática e autônoma, sempre nos mostrou ser capaz de superar as situações difíceis e adversas, capacidade esta

derivada de sua organização democrática e autônoma. Acreditamos que a teremos agora; depende de nós, de nossa união!

Referências:

ANDES-SN. Caderno de Textos para o 53º CONAD. Brasília-DF: ANDES-SN, 2008. disponível em www.andes.org.br.

_____. *Crise Política e Organização dos Trabalhadores*. Brasília-DF: ANDES-SN, 2005. (Caderno 21.)

_____. *Relatório do 24º Congresso Nacional*. Brasília-DF: ANDES-SN, 2004. Disponível em www.andes.org.br.